

Justiça admitirá 801 ainda este ano

Mais 3 mil contratações serão feitas durante os próximos anos, mediante novos concursos

Lia Kunzler

Os aprovados no último concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal serão chamados ainda este ano para assumirem os cargos no Judiciário. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do tribunal, desembargador Nívio Geraldo Gonçalves.

Serão 801 as contratações a serem feitas já em 2008, entre analistas, juízes e técnicos. Na tarde de ontem, o presidente anunciou ainda que constituirá uma comissão para avaliar a contratação de outros 3 mil servidores.

A nomeação desses aprovados esperava apenas a criação dos cargos, que, por sua vez, dependia da aprovação da Lei de Organização Judiciária do DF. Esse projeto é responsável pela atualização do sistema judiciário local. A cada dez anos, o próprio Tribunal de Justiça envia o texto, fazendo a projeção do quanto a população necessitará de serviços jurídicos na década seguinte. Essa atualização é imprescindível para que as varas não fiquem ataladas e a justiça, lenta.

Quatro anos de espera

O projeto que foi aprovado na terça-feira, dia 20, tramitava no Congresso desde 2004, quando foi enviada pelo Poder Judiciário. Emperrada no Legislativo, a lei atrasou quatro anos para passar para as mãos



Marcos Brandão

ANA LUIZA MORATO – Para juíza, é preciso dobrar número de servidores

do presidente, que deve agora dar a sanção. Com esse atraso, a aplicação da lei, que seria feita em dez anos, passa a ser feita em cinco anos, até 2013.

A lei foi votada ontem apenas porque o líder do governo na Câmara, o deputado Henrique Fontana (PT-RS), exigiu que José Pimentel (PT-CE) garantisse que a criação de cerca de 4 mil vagas não infringiria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Só para este ano, as contratações custarão R\$ 29 milhões à União. Para o ano que vem, a previsão é que R\$ 117 milhões saiam dos cofres públicos para a criação das vagas.

– Ficou claro que a implementação não compromete a lei e não atrapalhará as contas do governo federal – alegou o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), um dos responsáveis pela negociação do projeto.

Concurso

Mesmo com o orçamento fechado, não há previsão de nova seleção pública depois da contratação dos 801 concursados. O texto aprovado diz que as 3.278 vagas restantes previstas pela nova lei deverão ser preenchidas até 2013.

– O primeiro passo, este ano, é a contratação dos que já foram

Novo quadro deverá permitir redução na demora da Justiça ao examinar todos os processos

aprovados. Há ainda o cadastro reserva – disse Nívio Gonçalves, acrescentando que só depois analisarão aonde locar outros servidores.

A criação de vagas é reivindicada pelos juízes, que alegam que as varas de Justiça estão sobrecarregadas. Segundo Ana Luiza Morato, juíza substituta da 15ª Vara Civil do DF, seria necessário dobrar o número de servidores no Plano Piloto para desafogar o atendimento.

– No Plano Piloto, o que é mais necessário é aumentar o pessoal. Novas varas no Entorno não vão desafogar o nosso trabalho aqui – apontou Ana Luiza.

No caso específico da 15ª vara, são sete servidores e quatro estagiários. O número de estagiários é elevado porque foi a forma que o tribunal achou para sanar a necessidade de mão-de-obra durante o período que a lei ficou parada no Congresso. Ao todo, o tribunal contrata hoje cerca de mil estagiários.

Os universitários fazem as vezes

de servidores, principalmente técnicos. Mas há demanda para todos os cargos: juízes, analistas e técnicos.

– As varas, que atendem o cidadão, são as que mais sofrem, hoje, com a alta demanda. Por isso, vamos abrir novas varas nas cidades-satélites – explicou o desembargador Nívio Geraldo Gonçalves.

No DF, serão 73 novas varas. Só em Brasília, serão mais 13, seguida por Núcleo Bandeirante, com nove, Sobradinho, São Sebastião e Riacho Fundo, com seis cada uma.

Novas varas

Além de ganhar novas varas, a Lei de Organização Judiciária do DF prevê também a criação de varas especializadas em problemas de parcelamento de terras.

– Em Sobradinho, criamos a Vara de Meio-Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário, que resolverá um dos problemas mais comuns hoje no DF, que são os relacionados aos condomínios – apontou o desembargador.

Com a mudança bem-sucedida de alguns setores do Judiciário brasileiro, o presidente Décio pretendia formar, ainda na tarde de ontem, uma comissão que estudará a melhor forma de aplicar a lei. A comissão estudará também onde serão criados os cargos restantes que não forem preenchidos em 2008.